

A política externa dos três Estados Bálticos está actualmente condicionada por um objectivo fundamental: garantir a segurança dos respectivos territórios de forma a salvaguardar as soberanias recentemente readquiridas. Conscientes da pouca profundidade estratégica dos seus territórios, da permeabilidade das suas fronteiras, da sua proximidade com a Rússia e dos escassos recursos económicos que detêm, a Lituânia, a Estónia e a Letónia estão convencidas de que tal objectivo só é concretizável se estiverem integradas nas estruturas de segurança europeias, nomeadamente na NATO.

Por isso, logo que se iniciou o debate para o alargamento desta organização, os três Países Bálticos exprimiram de imediato o desejo de a ela aderirem. Neste sentido, já não tinham hesitado em aderir em 1992 ao Conselho de Cooperação do Atlântico Norte. E é com grande entusiasmo que, em Janeiro de 1994, vão ser dos primeiros Estados a assinar o documento-quadro da Parceria para a Paz.

Este desejo de segurança depara no entanto com várias condicionantes, tanto a nível da política interna como da política externa. Primeiro, para poderem ser qualificados como potenciais membros da NATO, estes três Estados, como quaisquer outros candidatos à adesão, vão ter de preencher uma série de requisitos. Existe já um vasto consenso quanto a uma série de critérios que devem servir de base às eventuais admissões: serem democracias estáveis baseadas em economias de mercado; não estarem envolvidos em disputas territoriais ou étnicas; demonstrarem respeito pelos direitos das minorias nacionais; consagrarem constitucionalmente um controlo civil das estruturas militares; optarem pela transparência nas políticas e orçamentos de defesa; possuírem contiguidade geográfica com a Aliança. Se para muitos estes requisitos parecem óbvios, para os três Estados em questão não o são. Um segundo elemento fundamental a ter em conta diz respeito à normalização das relações com a Rússia. De facto, é pouco prudente acreditarmos que um processo desta natureza possa ser realizado sem ter em conta os interesses do antigo Estado tutelar e potência ainda determinante da região. Independentemente da questão de saber se deve ou não ser dado à Rússia um direito de veto no alargamento da NATO, em princípio tudo o que diga respeito ao futuro dos Estados Bálticos tem de ter o consentimento de Moscovo.

Por último, é necessário constatar que a independência destes três países só atingirá o seu pleno significado no quadro mais geral da estrutura institucional europeia do pós-Guerra Fria. Quer isto dizer que, para além de procurarem ser admitidos na Aliança do Atlântico Norte, os três países devem garantir a sua participação, directa ou indirecta, nas restantes organizações europeias. Sem esquecer também a integração numa eventual estrutura regional do Báltico.

Propomo-nos, de seguida, aprofundar a análise e as implicações das variáveis que acabámos de enunciar.

A consolidação das democracias e as reformas económicas

Tendo ganho de novo a sua independência, os três Estados Bálticos vão ter que construir regimes políticos sólidos e estabelecer sistemas viáveis de economias de mercado, à semelhança do que se verificou durante o período entre as duas grandes guerras¹.

Na Estónia e na Lituânia as primeiras eleições gerais pós-soviéticas vão realizar-se, com resultados bem diferentes, durante o Outono de 1992. Na Estónia vai ser criado um governo centro-direita de coligação entre o Partido Pró-Pátria de tendência social-democrata e o Partido da Independência Nacional, mais conservador. Na Lituânia, o antigo Partido Comunista Lituano, baptizado agora de Partido Trabalhista Democrático, é eleito por uma confortável maioria, afastando assim do poder os homens do *Sajudis*². Ambos os governos vão ver também eleitos os seus respectivos candidatos presidenciais.

Na Estónia, o governo de coligação vai desde logo desenvolver uma política externa pró-ocidental, lançando-se numa intensa actividade diplomática nas capitais e instituições internacionais procurando apoio na questão das minorias nacionais. Enquanto isso, o governo lituano vai preocupar-se em aprofundar as relações com a Rússia e com a CEI com o objectivo de solucionar todas as questões pendentes do fim da União Soviética. Depois de resolvidos no essencial estes problemas, a Lituânia passa a liderar a política de aproximação ao Ocidente.

Na Letónia, as eleições do pós-comunismo só vão ter lugar em Junho de 1993. Também aqui vai sair vencedora uma coligação de partidos moderados do centro-direita, mas desta feita sem maioria. O governo constituído vai assim ter uma base de apoio bastante frágil, o que, de certa maneira, vem explicar a inexistência de uma orientação clara na política externa deste Estado. Sem muita convicção, hesitando entre as opções a tomar, a Letónia foi seguindo os passos dos dois Estados vizinhos³. Como é evidente, a democracia necessita de tempo – e tradição – para se consolidar. A vitória dos antigos partidos comunistas, quer na Lituânia quer na Estónia, nas últimas eleições não põe em causa os sistemas políticos e económicos estabelecidos e explica-se sobretudo pelas dificuldades inerentes a processos de transição tão complexos como aqueles que os bálticos estão actualmente a viver.

Quanto às reformas económicas a situação também não é semelhante nos três países. Todavia, tal como no domínio da política, não suscita grandes preocupações.

De todas as repúblicas da URSS, as bálticas eram as que possuíam um nível de vida mais elevado. E durante muito tempo, viver na Lituânia, na Estónia ou na Letónia foi para os soviéticos sinónimo de uma vida melhor, mais «ocidental» e onde o acesso aos bens de consumo era mais fácil⁴. No entanto, já na altura, as economias bálticas tinham dois pontos fracos que se vão agora tornar mais evidentes: uma profunda dependência a nível energético e uma óbvia dependência a nível comercial. Cerca de 80% da energia consumida na região era fornecida regularmente por Moscovo e os

esquemas comerciais dos países bálticos baseavam-se todos no papel de intermediários entre o norte da Europa e o «vasto continente a leste». Imediatamente após a independência iniciou-se a complexa operação de reorientação das estruturas energéticas e comerciais. Esta é, todavia, uma tarefa demorada e que ainda não está completa. Outros problemas económicos não podem deixar de ser mencionados, sobretudo aqueles que são comuns a todas as antigas repúblicas soviéticas, resultantes da transição das economias de planeamento centralizado para economias de mercado; da resolução da questão da propriedade das infra-estruturas de produção; ou do estabelecimento de sistemas monetários próprios. Actualmente, estes problemas estão praticamente resolvidos⁵. Neste domínio das reformas económicas, a Estónia, muito apoiada pelos países nórdicos e pela Alemanha, tem tido claramente mais sucesso que a Lituânia e a Letónia. Contudo, os três países já começaram a atrair o investimento estrangeiro e têm conseguido manter um nível de estabilidade macroeconómica de fazer inveja a muitos Estados vizinhos, a começar pela Rússia.

A questão das minorias nacionais

A existência de importantes minorias nacionais nas sociedades bálticas tem sido um dos factores determinantes da evolução destes Estados.

E isto porque a região fica assim condicionada por um elevado potencial de instabilidade que é necessário vigiar cuidadosamente. Sobretudo se tivermos em conta que grande parte desses não nacionais são de origem russa.

Enquanto na Lituânia, apesar de serem a minoria mais importante, os russos representam apenas 9,4% da população total, um pouco mais que os polacos que representam 7%, para 79% de lituanos, na Estónia e na Letónia as coisas complicam-se. E que, nestes dois Estados, a população nacional encontra-se numa situação de quase paridade étnica com as minorias russas. Na Estónia os nacionais são 61,5% da população total, enquanto na Letónia já só representam 52%⁶.

A situação mostra-se ainda mais complexa quando verificamos que apesar de ainda se manterem minoritárias a nível dos Estados, embora por uma escassa margem, essas minorias russas constituem já verdadeiras maiorias em determinadas regiões industriais como Daugvapills, na Letónia, e Narva⁷, na Estónia, assim como nas capitais, Riga e Tallin. A existência destas fortes minorias nas sociedades bálticas é consequência directa da política de sovietação desenvolvida por Moscovo depois dos anos 40, e que tinha por objectivo criar um fenómeno de erosão étnica e tornar realidade o conceito de «povo soviético» (*Sovetskii narod*)⁸. Uma vez posta em causa a supranacionalidade soviética que mascarava as verdadeiras identidades nacionais, essas populações russas passam a encontrar-se em território estrangeiro. O seu estatuto, que até então se baseava em certos privilégios, passa a ser constantemente posto em

causa e a sua coabitação com os nacionais bálticos torna-se progressivamente mais difícil.

Desde o princípio, as novas autoridades bálticas vão ter uma certa dificuldade em lidar com esta questão das minorias nacionais, com excepção da Lituânia. Como referido, neste país, o número de russos existentes não põe verdadeiramente em causa o equilíbrio demográfico entre autóctones e estrangeiros. Por isso foi relativamente fácil a adopção de medidas que, de acordo com a lei de 3 de Novembro de 1989, permitissem aos residentes russos obterem a cidadania automática. Para tal bastava-lhes assinar num prazo de dois anos uma declaração de fidelidade para com o Estado lituano e de respeito pela sua Constituição. No caso da Estónia e da Letónia a reconstituição de uma identidade nacional tornou-se uma preocupação mais premente. Nesse sentido, os governos de Tallin e Riga só vão atribuir a cidadania automática aos não nacionais que já vivam naqueles territórios antes da Segunda Guerra Mundial, bem como aos seus descendentes. Todos aqueles que chegaram à Estónia e à Letónia entre 1940 e 1991 têm de preencher uma série de condições para obterem a nova nacionalidade.

Depois de um aceso debate nos respectivos Parlamentos e de uma série de revisões, essas condições vão ficar consagradas nas leis de atribuição de cidadania de 23 de Fevereiro de 1992 (revista em Junho e novamente em Julho de 1993) na Estónia, e de 11 de Agosto de 1994 na Letónia: um mínimo de três anos de residência naqueles territórios, passar um teste linguístico com mil e quinhentas palavras e fazer um juramento de lealdade à nova pátria. No entanto, no caso da Letónia os filhos de russos que vieram depois da Segunda Guerra Mundial e que não nasceram em território báltico só podem pedir a naturalização depois do ano 2000⁹.

Fica assim claramente consagrada uma distinção entre as minorias russas que se instalaram nestes países antes do Pacto Germano-Soviético de Agosto de 1939 e aquelas que vieram depois, e que passam a ser considerados «imigrantes ilegais», senão mesmo «ocupantes», e que, como tal, devem merecer um tratamento adequado a esse estatuto. Esta distinção traduz implicitamente a noção que os bálticos têm, de que são Estados «restaurados» e não, ao contrário das outras ex-repúblicas soviéticas, novos Estados na comunidade internacional.

A reacção da Federação Russa em relação às leis da atribuição da cidadania não se vai fazer esperar. Esta vai imediatamente acusar as autoridades da Estónia e da Letónia de prosseguirem uma política de *apartheid* e de «limpeza étnica», exigindo-lhes que revejam a sua posição de forma a não obrigarem a Rússia a desenvolver medidas de retaliação económica e política.

Apesar de tudo, os russos que se encontram nos três Estados Bálticos sabem que a situação dos seus compatriotas nas restantes antigas repúblicas soviéticas não é melhor, e, sobretudo, que o seu regresso aos territórios de origem não é desejado. Na impossibilidade de integrar na

Rússia as populações que se encontram no estrangeiro – são 25,5 milhões de russos que se encontram no restante espaço da antiga URSS –, Ieltsin prefere garantir-lhes o apoio político para tentarem melhorar a sua situação nos territórios onde se encontram.

A retirada das forças militares e as reivindicações territoriais

Um dos principais instrumentos utilizados por Moscovo para aumentar a sua margem de manobra na negociação da situação das minorias russas nos Estados Bálticos traduziu-se no estabelecimento, primeiro de forma implícita e, a partir de 1993, explicitamente, de uma relação directa entre esta questão e a retirada das forças militares do antigo Exército Vermelho que ainda se encontravam estacionadas na região. Desde a anexação dos países bálticos, em 1940, que o Exército Vermelho aí implantou um imponente arsenal militar¹⁰. Como Estados plenamente soberanos, os bálticos têm agora, de acordo com os princípios básicos do direito internacional, a liberdade de não consentirem o estacionamento de forças militares estrangeiras nos seus territórios. Assim, a partir de 1991, a assinatura dos acordos para a retirada total dessas forças militares torna-se um dos objectivos fundamentais da política da Lituânia, da Letónia e da Estónia. Todavia, a realização desses acordos vai ser sucessivamente adiada pela Rússia.

A Lituânia vai ser o primeiro dos três a conseguir que a Rússia assine esse acordo. E isso porque a atribuição automática da cidadania lituana aos russos dava a Moscovo menos motivos de pressão. No dia 31 de Agosto de 1993, depois de um processo que não deixou de ser acidentado, os trinta e cinco mil militares russos estacionados em solo lituano deixam o país. Com a Estónia e a Letónia as negociações continuaram a prolongar-se. Precisamente um ano mais tarde, as forças russas – quarenta mil a oitenta mil homens, consoante as estimativas russas ou bálticas – retiram-se finalmente daqueles territórios sem no entanto evitarem importantes custos sociais¹¹.

Outra das questões que mais controvérsia tem gerado, e na qual os três países bálticos também estão envolvidos, diz respeito à delimitação das fronteiras entre as antigas repúblicas da União Soviética. Esses territórios constituem agora Estados soberanos e, como tal, querem ver reconhecidas as suas linhas fronteiriças. Na maior parte dos casos essa delimitação político-territorial não é óbvia e muitas vezes foi feita por terceiros, isto é, por Moscovo. Normalmente, estas exigências vêm acompanhadas de argumentos compreensíveis, quer em termos legais quer simbólicos, no entanto, na prática, tendo em vista as consequências políticas que envolvem, são muito perigosas.

A Bielorrússia, por exemplo, logo que se tornou independente, não hesitou em exigir a revisão da sua fronteira com a Lituânia, numa extensão considerável que vai desde o lago Drukstat, no Norte, até à Polónia, no Sul. Essa faixa de território havia sido incluída na República da Lituânia

quando da reforma administrativa operada na União Soviética no fim dos anos 40.

A Estónia e a Letónia têm desenvolvido exigências semelhantes em relação à Rússia. Aos seus respectivos territórios foi sendo, desde 1940, progressivamente amputada uma faixa de 640 Km de comprimento e 3700 Km² de superfície, do nordeste da Estónia, perto de Narva, ao longo do lago Peipsi, até Pitalovo, no nordeste da Letónia. Esta faixa fronteiriça é maioritariamente habitada por russos, mas também aí se encontram importantes minorias da Estónia e da Letónia que acusam Moscovo de as tratar mal. Fiéis ao princípio da continuidade do Estado, os três países bálticos consideram que continuaram a existir *de jure* durante o período da ocupação soviética. Em consequência, o território que lhes pertence é aquele que havia sido delimitado nos tratados assinados no período entre as duas guerras, entre Moscovo e os bálticos¹². Por seu lado, os russos argumentam que esses tratados perderam o seu valor jurídico quando a União Soviética criou o novo traçado administrativo.

As reivindicações territoriais entre a Lituânia e a Rússia são de natureza diferente pois estes dois Estados não têm fronteiras directas. No entanto, a simples consulta de um mapa da região demonstra a existência de um elemento altamente desestabilizador: o enclave de Calininegrado, base militar que concentra um grande número de forças. Território da antiga Prússia Oriental foi integrado na URSS no fim da Segunda Guerra Mundial a pedido de Estaline que invoca a necessidade de um porto soviético livre de gelo. Fazendo parte da Federação Russa encontra-se agora completamente isolado, entre a Lituânia e a Polónia.

Com o fim da União Soviética torna-se necessária a criação de um corredor de ligação entre a Rússia e Calininegrado através da Bielorrússia e da Lituânia. Se já de si este género de soluções não é muito viável, tudo se complica quando esse corredor tem por função alimentar um enclave militar, cuja única razão de ser se traduz na ameaça à segurança dos países vizinhos¹³.

Ao longo de 1992 e 1993, os Estados da região vão juntar-se num apelo à Rússia para que esta reduza a sua presença militar em Calininegrado e para que transforme aquela área numa «zona económica especial». Em resposta, as autoridades russas anunciaram a redução da excessiva presença militar até aos limites da razoabilidade para, no ano seguinte, voltarem atrás e clamarem bem alto que tal atitude significava uma intervenção nos assuntos internos russos e, como tal, um acto de irresponsabilidade. Ieltsin anunciou no entanto a transformação de Calininegrado numa zona económica especial.

Por outro lado, iniciadas em Novembro de 1992, terminaram no ano passado as negociações entre as autoridades lituanas e russas, para a regularização da passagem de mercadorias, tropas e material militar da Rússia para Calininegrado via Lituânia. Em troca da atribuição por parte de Moscovo de um tratamento de nação mais favorecida às importações lituanas, Vilnius autorizou a livre passagem das mercadorias e tropas

russas para, e de Calininegrado. Para alguns analistas este acordo significou uma cedência do governo lituano a Moscovo, resultante sobretudo da pressão norte-americana que queria os problemas da região resolvidos. Mas a verdade é que, apesar de tudo, as autoridades lituanas continuam a afirmar alto e bom som que a Lituânia não concedeu nem nunca concederá um direito de passagem automático a nenhum Estado. E ainda de referir a animosidade histórica entre a Lituânia e a Polónia relativamente a Vilnius que determinou bastante a evolução daqueles países e de toda a região, durante o período entre as duas guerras mundiais. Em 1920, as forças polacas ocuparam e anexaram aquela cidade e o estado de guerra entre os dois países manteve-se durante sete anos. As relações diplomáticas entre a Polónia e a Lituânia só foram restabelecidas em 1938¹⁴. De acordo com o Tratado de Amizade e Cooperação lituano-polaco de 26 de Abril de 1994 a questão parece estar ultrapassada.

A Rússia como elemento determinante

A partir de 1992 o termo «estrangeiro próximo» passa a fazer parte integrante do vocabulário oficial da Rússia. Através dele, as autoridades russas pretendiam referir-se a todas as antigas repúblicas da URSS. Quer àquelas a que, através da CEI, continuavam a estar institucionalmente associadas, quer às que se tinham recusado a tornar-se seus membros. E neste último grupo que se encontram a Lituânia, a Estónia e a Letónia. Mas esta noção de «estrangeiro próximo» traduz também a dificuldade que tanto o cidadão comum como grande parte das elites políticas russas têm em aceitar o facto de que essas repúblicas são agora Estados independentes.

Até 1994, Moscovo demonstrou dificuldade em definir a orientação que deveria dar à política com o «estrangeiro próximo»¹⁵. No início, seguindo os passos de Gorbachev, Ieltsin continuou a desenvolver uma política para a região em concertação com os Estados Unidos. Pretendia assim assegurar a assistência económica vinda do Ocidente, tão necessária naquele momento de profundas reformas. Dois anos depois, a situação interna na Rússia continuava a não melhorar e, em consequência, começa a ganhar peso nos meios políticos uma facção mais conservadora. Para esta, a Rússia deveria garantir de forma independente a sua segurança e o seu prestígio no mundo. A nova tendência, personificada em Pavel Gratchev, acaba por se tornar política oficial em Fevereiro de 1994. Discursando sobre o estado da Nação, Ieltsin afirma então que a principal função da política externa era a de promover os interesses vitais da Rússia. A cooperação e a transparência seriam os instrumentos privilegiados, mas, sempre que necessário, a Rússia teria o direito de agir com firmeza para legitimar os interesses do Estado. Não tenhamos dúvidas de que os três Estados Bálticos se encontram incluídos no leque dos interesses vitais da Rússia. Apesar da

situação geopolítica da região se ter alterado profundamente depois de 1991, o Báltico continua a ser da maior importância para a política russa. Não só pela situação de Calinegrado, mas também pela proximidade de S. Petersburgo. Na prática, Moscovo quer garantir a manutenção do livre acesso aos portos russos do Báltico e a interdição do estabelecimento de forças militares de Estados terceiros naqueles territórios¹⁶.

Por outro lado, é importante sublinhar que a região do Báltico continua a ser psicologicamente importante para os russos, que tradicionalmente vêem nela uma «janela para o Ocidente».

Mesmo que o alargamento da Aliança do Atlântico Norte não implique o estacionamento de forças estrangeiras naqueles territórios, e que não seja dificultado o acesso russo ao Mar Báltico, indirectamente estariam a ser postos em causa pressupostos fundamentais da segurança russa. Daqui se conclui que, no caso concreto dos bálticos, Moscovo vai pôr todos os obstáculos que conseguir ao alargamento da NATO. E a NATO também não está interessada em que a expansão da organização seja vista como uma ameaça dirigida aos interesses particulares de um Estado.

O panorama de uma eventual adesão dos países bálticos à NATO apresenta-se sombrio do ponto de vista da variável Rússia, e dependerá do sucesso de uma série de garantias que o Ocidente, especialmente os EUA, conseguir dar à Rússia. Esta terá de ficar convencida que processos da natureza do alargamento da NATO não só não põem em causa os seus interesses vitais, como, sobretudo, não são dirigidos contra ela. Uma das garantias poderia traduzir-se por exemplo no não estacionamento de forças da NATO, sobretudo americanas e alemãs, nos territórios dos novos membros da Europa Central, isto, partindo obviamente do pressuposto de que a realização periódica de manobras conjuntas seria suficiente para garantir o cumprimento do art. 5.º do Pacto. A integração da Rússia num sistema de segurança transcontinental e o fortalecimento dos mecanismos de consulta da OSCE sobre questões de segurança, podem ser outras formas de Moscovo ver garantidos os seus interesses essenciais¹⁷.

E ainda de referir um outro ponto importante que vários autores¹⁸ têm destacado: a reacção da Rússia em relação ao debate da adesão dos países bálticos à NATO permitirá ver em que medida são de confiança as suas intenções para o futuro em termos de política externa. Fazendo obviamente a ressalva de que os objectivos que a Rússia agora tem para o futuro estão essencialmente dependentes da sua evolução política interna e, nesse sentido, teremos de esperar pelos resultados das próximas eleições presidenciais russas, a realizar em Junho.

Quanto aos próprios países bálticos, estes continuam a desenvolver em relação a Moscovo uma atitude marcada pela desconfiança (atitude um pouco menos evidente no caso da Lituânia), sendo actualmente as únicas antigas repúblicas soviéticas a não fazerem parte da CEI e a manterem firmes os seus propósitos de a ela nunca aderirem¹⁹.

Depois de décadas de submissão e isolamento internacional em consequência da sua anexação à URSS, é compreensível que os bálticos tenham essa desconfiança profundamente enraizada nos seus espíritos. Não podendo deixar-se controlar pelos sentimentos, Vilnius, Riga e Tallin terão no entanto de formular em relação a Moscovo uma política pragmática, racional e realista, e nesse sentido é normal que desenvolvam uma diplomacia preventiva de forma a protegerem-se de uma eventual reviravolta expansionista na política externa russa. De qualquer forma, essa será sempre a atitude cautelosa de qualquer pequeno Estado face a um vizinho poderoso²⁰.

A integração no Ocidente

Logo que viram ser reconhecidas pela comunidade internacional as suas independências, a Lituânia, a Letónia e a Estónia procuraram aderir às estruturas da Europa Ocidental.

Entre as várias organizações europeias, duas desempenharam um papel fundamental na evolução das relações entre os Estados Bálticos e a Rússia: o Conselho da Europa e a CSCE (agora OSCE).

A Lituânia vai ser o primeiro dos três países a tornar-se membro do Conselho da Europa, em Fevereiro de 1993. Esta adesão relativamente fácil explica-se pela realidade demográfica existente neste país e pelo facto da Lituânia ter optado, como já referimos, por atribuir a cidadania automática a todos os residentes permanentes, independentemente da sua origem. A adesão da Estónia, em Maio do mesmo ano, já gerou maior polémica. Nessa altura, as acusações russas de que este país seguia uma política de discriminação nacional atingem o seu apogeu. Contudo, o tom belicoso em que estas acusações foram feitas acabou por funcionar a favor da Estónia que se torna assim mais um membro desta organização. Em consequência da dificuldade em estabelecer uma lei sobre a atribuição da cidadania, a Letónia foi a última a aderir, só o tendo feito em Fevereiro de 1995²¹.

Também a CSCE teve um papel determinante na questão das minorias, tendo enviado para a Estónia e para a Letónia missões permanentes de observação e de inquérito que permitiram garantir à Comunidade Internacional que, ao contrário do que era invocado pela Rússia, estes Estados não estavam a pôr em causa os direitos fundamentais do Homem²². Mas a CSCE desempenhou também um importante papel de mediador no processo de retirada das tropas russas dos territórios bálticos. Foi em Helsínquia, em 1992, no seio desta organização, que a Rússia assinou um documento no qual se comprometeu a retirar as suas forças de forma organizada, rápida e completa daqueles Estados.

Para além das duas organizações referidas, os Estados Bálticos também já iniciaram uma aproximação à União Europeia. Este processo iniciou-se em Junho de 1993, durante a reunião do Conselho Europeu de Copenhaga onde, juntamente com os Estados da Europa Central, a

Lituânia, a Estónia e a Letónia assinaram acordos de comércio livre com a UE. Estes acordos entraram em vigor no dia 1 de Janeiro de 1995. Em Junho do mesmo ano, os Estados Bálticos assinaram com a União Europeia acordos de associação, ficando assim integrados na estratégia de pré-adesão dos Estados da Europa de Leste adoptada pela Cimeira Europeia de Essen, em Dezembro de 1994. Passam também a beneficiar das orientações consagradas no Livro Branco da Comissão Europeia no sentido de uma aproximação progressiva entre as suas legislações nacionais e as dos Estados da União Europeia. Por outro lado, os bálticos começaram a participar activamente em alguns projectos desenvolvidos por esta organização, nomeadamente no Pacto Europeu para a Estabilidade²³. Em Maio de 1994, na reunião de Kirscheberg, estes Estados tornaram-se parceiros associados da UEO, juntamente com outros seis Estados da Europa Central.

Simultaneamente, tem-se vindo a observar um aprofundamento das relações entre os Estados costeiros do Mar Báltico. De facto, com o fim da divisão ideológico-militar do continente europeu, tornou-se possível aos Estados daquela área pensar em implantar uma estrutura de cooperação regional²⁴. Assim, nasce em 1992, por iniciativa alemã e dinamarquesa, o Conselho dos Estados do Mar Báltico, que integra actualmente onze Estados daquela região²⁵. Esta organização tem como função promover a coordenação das iniciativas e das políticas dos Estados da zona em íntima cooperação com a União Europeia e as organizações financeiras internacionais.

Todavia, o estabelecimento de uma estrutura regional não vai ser uma tarefa fácil, devido às consideráveis disparidades existentes naquela zona. Democracias pós-soviéticas em fase de consolidação coexistem com as estáveis democracias nórdicas. Estados caracterizados por uma grande prosperidade económica encontram-se lado a lado com outros que dão os primeiros passos como economias de mercado. Movimentos migratórios não controlados e a expansão do crime organizado ajudam a desestabilizar ainda mais o cenário. As infra-estruturas a nível das comunicações, dos transportes e da energia devem ser modernizadas e, em alguns casos, criadas de raiz. Um alto índice de poluição, resultante das centrais nucleares e da acumulação de detritos da indústria de armamento, representa outro dos graves problemas da área. Com o objectivo de resolver estas questões já foram lançadas no seio do Conselho dos Estados do Mar Báltico, e em conjunto com a União Europeia, muitas iniciativas, principalmente de cariz económico e cultural. No entanto, esta estrutura regional de cooperação não tem competência no domínio da segurança. Por um lado, isto é compreensível, na medida em que os Estados que nela participam são já membros da NATO e da UEO – é o caso da Alemanha, da Dinamarca (observador da UEO), da Islândia e da Noruega (membros associados da UEO) – ou participam em processos no sentido de virem a integrar essas organizações – é o caso da Polónia e dos três países bálticos. Por outro

lado, mantêm-se fora de qualquer estrutura de segurança a Finlândia, a Suécia e a própria Rússia. Tendo aderido à União Europeia, e consequentemente aceite as obrigações decorrentes da PESC consagradas no Tratado de Maastricht, a Suécia e a Finlândia têm no entanto, como a Dinamarca, um estatuto de observadores na UEO, apesar de não demonstrarem grande empenho em se tornarem membros de pleno direito²⁶. Sobra assim a Rússia.

Tendo em vista as reticências dos países nórdicos, sobretudo da Finlândia e da Suécia, em participarem em organizações de segurança, mas também o empenho que os restantes Estados põem no sentido de pertencerem às organizações de segurança já existentes, qualquer projecto de criação de uma estrutura de segurança no Báltico torna-se de certa forma redundante. A não ser que esta tenha como objectivo a integração da Rússia. De qualquer forma, como os outros Estados, sobretudo os três bálticos e a Polónia, não têm mostrado grande empenho na concretização de um projecto desta natureza, o mais provável é que a segurança da região venha a ser garantida no âmbito mais vasto da arquitectura de segurança europeia, sob o domínio da NATO ou da UEO, com ou sem a Rússia.

Reflectindo esta vontade em participarem nas estruturas de cooperação internacional e regional, os três Estados Bálticos organizaram em Setembro de 1994 uma força conjunta de seiscentos homens, o Balt-Bat, com o objectivo de participarem em operações de paz ao serviço das Nações Unidas. Neste projecto foram apoiados financeiramente e ao nível da formação pelos membros escandinavos do Conselho dos Estados do Mar Báltico e pela Grã-Bretanha. A Lituânia e a Dinamarca desenvolveram também uma estreita cooperação militar traduzida no aconselhamento e assistência por parte dos dinamarqueses às forças armadas lituanas, mas também na participação de um pelotão lituano no batalhão dinamarquês da FORPRONU na Croácia.

Conclusão

Como verificámos ao longo desta análise, a prioridade da política externa dos três países bálticos é a de garantirem a sua própria segurança. Quer através dos esforços desenvolvidos para atrair os investidores estrangeiros, quer nas tentativas de normalizar as relações com a Rússia, negociando a retirada das forças militares e regulando a integração das minorias através de um dispositivo legislativo que se pretende compatível com os critérios internacionais. Mas, principalmente, no desenvolvimento de uma intensa actividade diplomática com o objectivo de integrar as estruturas europeias e atlânticas.

A partir destas constatações são três os cenários possíveis relativamente à evolução futura dos três Estados Bálticos.

Num primeiro cenário, mais optimista, os três Estados Bálticos veriam o seu futuro assegurado por uma integração definitiva e em conjunto na

NATO, e logo na Europa. Este processo de integração poderia ser progressivo (mas não muito lento) ou imediato, mas seria com certeza irreversível. Com base no clima de estabilidade consequente a Estónia, a Letónia e a Lituânia poderiam amadurecer as suas democracias e integrar de forma positiva nas suas sociedades civis as minorias nacionais. Poderiam também centrar os seus esforços num forte crescimento económico servindo de placa giratória comercial entre o Ocidente e o vasto continente a leste. Calininegrado seria convertida, com sucesso, numa zona económica especial.

Num segundo cenário, muito mais pessimista, os países bálticos seriam confrontados com a política neo-imperialista de uma Rússia autoritária, ao mesmo tempo que o Ocidente passivo impossibilitava a adesão dos três Estados às suas estruturas de segurança, com medo de «indispor» Moscovo. Iniciar-se-ia então um longo período de resistência dos povos bálticos, marcado por uma forte determinação destes últimos, que não aceitariam a repetição de 1939-1940, e por grandes custos para a Rússia. Finalmente, o cenário mais provável deverá caracterizar-se pela manutenção de uma certa instabilidade na região devido sobretudo à lentidão do processo de integração nas estruturas europeias. O crescimento económico continuará a fazer-se, mas de forma muito progressiva devido à dificuldade em atrair investimento estrangeiro massivo. A sua evolução política estará em parte determinada pela pressão vinda de Moscovo, sobretudo em relação à questão das minorias nacionais no caso da Estónia e da Letónia, e de Calininegrado no caso da Lituânia. Mas, mais importante, a unidade dos três Estados será duramente posta à prova e, como já se vem observando, deixará de ter muita expressão real. Assim, a integração dos três Estados nas estruturas europeias deverá proceder-se a um ritmo diferente.

No período imediato à obtenção da independência e, tal como se tinha observado durante o processo de emancipação da União Soviética, os três países bálticos agiram em grande sintonia, de tal forma que eram perspectivados pela comunidade internacional quase como uma entidade única. A partir do Verão de 1992 começa-se a notar uma certa inversão nessa tendência. Os governos eleitos vão adoptar concepções diferentes, não só no que se refere às reformas económicas como em matéria de política externa. A evolução política e económica dos três países começa, como vimos, a seguir ritmos diferentes. Progressivamente, as organizações internacionais e os Estados da comunidade internacional vão também estabelecer diferenças no relacionamento e nas negociações com os Estados Bálticos. Estes deixam de ser vistos como uma entidade homogénea para passarem a ser distinguidos de acordo com as suas características específicas. Os próprios países bálticos vão contribuir para isso, quando, por exemplo, em Outubro de 1993, a Lituânia, de uma forma inesperada, e em total assintonia com os outros dois países, pede para ser rapidamente admitida na NATO.

No que diz respeito ao alargamento da Aliança do Atlântico Norte, a posição da própria organização é que este se fará tendo em conta cada candidato de forma individual e não por uma integração em grupos²⁷. De qualquer forma, tanto a Lituânia, como a Estónia e a Letónia têm feito todos os esforços no sentido de serem consideradas como pertencendo à mesma categoria que os Estados do Grupo de Visegrado, supostamente aqueles que reúnem as melhores condições, e não à das restantes antigas repúblicas soviéticas. Considerados individualmente, e de acordo com os requisitos enunciados como sendo aqueles que vão servir de padrão de escolha dos futuros membros, entre os três países bálticos, a Lituânia é a que melhor se encontra posicionada para integrar a NATO.

O crescimento económico da Lituânia, apesar de não mostrar tão boas perspectivas como o da Estónia é muito razoável, principalmente em comparação com as outras antigas repúblicas soviéticas, incluindo a Rússia. Dos três países, é aquele que mais se tem distinguido nas iniciativas diplomáticas junto das instituições ocidentais (excepto na UE onde por razões económicas a Estónia, tem maiores vantagens). As minorias internas já não levantam problemas de maior devido à atribuição automática da cidadania. Por outro lado, já resolveu no essencial os problemas que tinha com a Rússia, apesar da questão de Calininegrado continuar a suscitar alguma preocupação, não apenas na região como na comunidade internacional em geral. Finalmente, a forte probabilidade da Polónia poder estar entre os primeiros a aderir à NATO traz mais um ponto a favor da Lituânia, que ficaria assim com contiguidade geográfica com a Aliança. A Lituânia foi dos três países bálticos o que mais participou nos exercícios realizados no quadro da Parceria para a Paz²⁸. Para além disso já assinou os termos individuais da Parceria para a Paz.

Para a Estónia e a Letónia as perspectivas não são tão positivas, como é evidente, devido às dificuldades de integração das minorias nacionais. A NATO pretende ser um espaço duradouro de estabilidade e segurança na Europa e não pode correr o risco de ficar internamente condicionada por questões desta natureza. No caso destes dois Estados, parece ser mais provável a sua adesão em primeiro lugar a outras organizações europeias, nomeadamente à UEO e à União Europeia do que à NATO — até porque a Rússia não se sentiria tão ameaçada — e neste caso a Estónia encontra-se claramente em melhor posição que a Letónia. O que é igualmente certo para os três países bálticos é que o tempo não espera por ninguém. Todos estão conscientes das portas que se entreabriram nesta época política «extraordinária». Sabem que, se esta oportunidade for desperdiçada, poderão ter de esperar muitos anos antes que se voltem a repetir condições tão favoráveis à sua integração no Ocidente. E nenhum se pode dar ao luxo de esperar.

NOTAS

¹ Nem o estabelecimento de regimes democráticos, nem as reformas económicas que estes três países desenvolveram quando, em 1920, se tornaram pela primeira vez independentes, foram muito bem sucedidos. Como consequência, assistiu-se ao longo da década de 30 ao abandono das democracias e à implantação de regimes autoritários. Para uma análise mais completa deste primeiro período de independência dos Estados Bálticos ver John Hiden e Patrick Salomon, *The Baltic Nations and Europe: Estonia, Latvia and Lithuania in the XXth Century*, Longman, Londres, 1991.

² O Sajudis, isto é, a Frente Popular Lituana, foi responsável juntamente com as Frentes Populares da Estónia e da Letónia pelo início e aprofundamento do processo de secessão das repúblicas soviéticas. O papel desenvolvido por estas foi de tal forma emblemático que muitos autores referem a existência de um «modelo báltico» inspirador da acção das Frentes Populares que foram progressivamente emergindo nas outras repúblicas da União Soviética. Cf. Hélène Carrère d'Encausse, *La Gloire des Nations ou Ia Fin de l'Empire Soviétique*, Fayard, Paris, 1990. Em relação ao processo de emancipação dos bálticos ver também Graham Smith, *The Baltic States: The National Self-Determination of Estonia, Latvia and Lithuania*, MacMillan, Londres, 1994, e Vera Toltz e Iain Elliot, *The Demise of the URSS: From Communism to Independence*, MacMillan, Londres, 1995.

³ Cf. Riina Ruth Kionka. «La Politique Étrangère des Etats Baltes». *Politique Étrangère*. ano 59. n.º 1. Primavera de 1994. pp. 87-99.

⁴ Em 1988 a média do rendimento anual no conjunto da União Soviética era de 2197 rublos per capita, enquanto na Letónia era de 2723, na Estónia 2670 e na Lituânia 2412. No mesmo ano, a média geral de consumo de carne por habitante na URSS era de 66 Kg, enquanto na Estónia atingia os 82 Kg, na Letónia 84 Kg e na Lituânia 85 Kg. Por outro lado, se no conjunto da URSS, em média, entre cada mil habitantes 107 possuíam máquinas de lavar roupa, na Lituânia estes aumentavam para 199 habitantes, na Letónia para 260 e na Estónia para 269. Dados de Laurent Migairou, «Entre Russie et Baltique», *Géopolitique*, n.º 33, Primavera de 1991, pp. 62-68, e Pascal Lorot, «Quelles Conditions à l'Indépendance des Pays Baltes?», *Défense Nationale*, Dezembro de 1990, pp. 111-119.

⁵ Com os processos de privatização das suas economias bastante avançados e com sistemas monetários próprios, os três países têm seguido um rígido programa monetário e fiscal estabelecido pelo FMI. Em Junho de 1992 é introduzida a nova moeda da Estónia, a Coroa, que está assegurada pelas reservas de ouro que se encontram no Banco de Inglaterra e pela sua ligação ao Marco alemão. Não com tanto sucesso, e depois de anteriores experiências falhadas, o Lat é introduzido na Letónia em Março de 1993, enquanto o governo lituano põe a circular o Litas em Junho. Apesar das crises bancárias observadas em Dezembro último na Lituânia e na Letónia, o FMI prevê para 1996 a manutenção da tendência de crescimento nas economias dos três Estados Bálticos.

⁶ Cf. Gaël Lemarcq, «L'Indépendance des Etats Baltes et Ia Question des Nationalités», *Hérodote*, Janeiro/Março de 1992, pp. 136-147, ou Erlends Cabuig-Odins, «Les Russes de Ia Baltique: Un Levier Politique pour la Reconquête?», *Hérodote*, n.º 72/73, 1994, pp. 157-169.

⁷ Em Narva, região industrial do nordeste da Estónia em que 82% dos habitantes são russos, o Conselho Municipal da cidade decidiu realizar um referendo, em Julho de 1993, sobre a criação de uma região autónoma russa dentro da Estónia. Todos os habitantes daquela região em idade de votar; e não exclusivamente os que detinham nacionalidade estónia, puderam participar. Dos 62 mil eleitores participaram pouco mais de metade. Destes, 97% disse sim ao estatuto de autonomia. Evidentemente, o Supremo Tribunal da Estónia considerou ilegal este referendo que não deixou no entanto de ter um certo impacto sobre a comunidade internacional, que assim se apercebeu da enorme instabilidade vivida naquela antiga república soviética. Actualmente, as tensões interétnicas parecem estar mais calmas, como resultado da nova lei sobre as eleições locais que estabelece que a repartição dos lugares nos conselhos municipais deve corresponder à composição étnica dos municípios.

⁸ Segundo a linha oficial enunciada pelo Congresso do PCUS realizado em 1971, este consistia numa nova comunidade humana que, partilhando de um mesmo território, Estado e sistema económico, teria uma cultura e uma língua comum e deveria orientar a sua acção no sentido da construção do comunismo. Cf. Graham Smith, «Nationalities Policy from Lenine to Gorbatchev», in *The Nationalities Question in the Soviet Union*, coordenação de Graham Smith, Longman, Londres, 1990.

⁹ Cf: Jeff Chinn e Lise A. Truex, «The Question of Citizenship in the Baltics», *Journal of Democracy*, vol. 7, n.º 1, Janeiro de 1996, pp. 133-147 e Henn-Juri Uibopuu, «Dealing with the Minorities - A Baltic Perspective», *The World Today*, vol. 48, Junho de 1992, pp. 108-112. No caso específico da Letónia ver Rasma Karklins, *Ethnopolitics and Transition to Democracy: The Collapse of the USSR and Latvia*, The Woodrow Wilson Center Press, Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1994.

¹⁰ Durante o período da ocupação soviética, os três territórios faziam parte do Distrito Militar do Báltico, peça fundamental na estratégia militar global da URSS. Inicialmente, a região era vista como uma importante base naval. Depois da Segunda Guerra Mundial, o estabelecimento das instalações militares no enclave de Calininegrado aumenta ainda mais a importância militar daquela área. Com o estacionamento de forças terrestres de segundo escalão capazes, em tempo de guerra, de avançar rapidamente sobre a Alemanha e a Dinamarca e com a instalação de uma base aérea capaz de prevenir ataques ao *heartland* da URSS, o enclave passa a assumir uma importância vital.

¹¹ A 30 de Abril de 1994 é assinado o acordo de retirada das forças russas da Letónia, enquanto com a Estónia este só é assinado em Julho, depois de vários adiamentos e sob forte pressão internacional para que a questão fosse solucionada de vez. O acordo assinado entre a Rússia e a Letónia vai, por exemplo, consagrar o estabelecimento de programas de protecção social para os militares russos na reforma, aos quais é também reconhecido o direito de residência permanente neste Estado. Acontece que, na sua maioria, esses militares reformados são bastante jovens e estão bem treinados e armados.

¹² Assinados em 1920, o Tratado de Paz de Tartu entre a Rússia e a Estónia, e o Tratado de Paz de Riga entre a Rússia e a Letónia (juntamente com o acordo fronteiriço de 1923), vão demarcar as fronteiras entre estes Estados. Cf. Jonh Hiden e Patrick Salomon, *op. cit.*, e Pascal Lorot, *Les Pays Baltes*, PUF, Paris, 1991. Na questão da continuidade *de jure* dos Estados Bálticos é também interessante ver Romain Yakemtchouk, «Les Républiques Baltes et la Crise du

Fédéralisme Soviétique», *Studia Diplomatica*, vol. XLIII, n.º 4-5-6, 1990 e Edouard Turauskas, *Le Sort des Etats Baltes*, Service d'Information du Comité Suprême de Libération de la Lituanie, Reutlingen, 1954.

¹³ Tendo actualmente uma fronteira comum com a Lituânia numa extensão de 300 Km, Calinegrado era, durante o período da ocupação soviética, o quartel-general do Distrito Militar do Báltico e aí se encontrava uma importante base de submarinos nucleares. Um terço da sua população activa era militar, e com o fim da Guerra Fria teve ainda de absorver uma parte importante das tropas estacionadas na antiga RDA e na Polónia e, após a assinatura dos respectivos acordos, dos três Estados Bálticos. Pensa-se que actualmente as tropas estacionadas no enclave deverão rondar os trezentos mil homens.

¹⁴ Cf. John Hiden e Patrick Salomon, *op. cit.*

¹⁵ A dificuldade em desenvolver uma política coordenada em relação ao «estrangeiro próximo» era sobretudo consequência de complicações a nível conceptual e burocrático que não facilitavam os processos de tomada de decisão. A criação, em Dezembro de 1992, de uma comissão para a política externa no Conselho de Segurança Russo, um dos órgãos decisores mais importantes deste país, vai melhorar consideravelmente o processo de elaboração da política com o «estrangeiro próximo». Cf. Wynne Russel, «Russians Relations with the "Near Abroad"», in *Russian Foreign Policy Since 1990*, coordenação de Peter Shearman, Westview Press, Oxford, 1995.

¹⁶ Para além destes encontram-se entre os principais interesses vitais da Rússia a necessidade de assegurar relações de amizade com os países da Europa Central e, se possível, a sua neutralidade; manter sob exclusiva influência russa os Estados da CEI; não permitir a transformação de nenhum dos membros da CEI em Estado tampão com o objectivo de isolar a Rússia; e manter boas relações de vizinhança com os Estados do Médio e do Extremo Oriente. Cf. James H. Brusstar, «Russian Vital Interests and Western Security», *Orbis*, vol. 38, n.º 4, Outono de 1994, pp. 607-619 e também Peter Shearman, *op. cit.*

¹⁷ Cf. Zbigniew Brzezinski, «A Plan for Europe», *Foreign Affairs*, vol. 74, n.º 1, Janeiro/Fevereiro de 1995, pp. 26-42

¹⁸ Cf. Carl Bildt, «The Baltic Litmus Test», *Foreign Affairs*, vol. 73, n.º 5, Setembro/Outubro de 1994, pp. 72-85, e Vejas Gabriel Liulevicius, «As Go the Baltics, So Goes Europe», *Orbis*, vol. 39, n.º 3, Verão de 1995, pp. 387-402.

¹⁹ Outros comportamentos demonstram o peso dessa desconfiança. Por exemplo, no Verão de 1995, durante as comemorações do cinquentenário do fim da Segunda Guerra Mundial, os presidentes bálticos recusaram o convite para estarem presentes nas cerimónias que tiveram lugar em Moscovo, com toda a pompa e circunstância. Pelo contrário, os três países bálticos aproveitaram para comemorar esse aniversário como um dia de sofrimento em memória das mortes resultantes das ocupações nazi e soviética.

²⁰ Peter van Ham, editor, «Les Etats Baltes: Sécurité et Défense après l'Indépendance», *Cahiers de Chaillot*, n.º 19, Junho de 1995.

²¹ Em Fevereiro de 1996 a Rússia tomou-se o 39.º Estado membro do Conselho da Europa.

²² De acordo com o parecer enviado, em Julho de 1993, a Lennart Meri, presidente da Estónia, por Max Van der Stoep, Alto Comissário para as Minorias junto da CSCE, os artigos consagrados na lei daquele país estavam na sua maioria em conformidade com as legislações de muitos dos Estados membros

da CSCE. De qualquer forma, salienta que uma lei desta natureza não pode ser julgada sobre parâmetros puramente legais, devendo ter ainda em conta os efeitos psicológicos sobre as populações minoritárias. Neste sentido, aconselhou as autoridades estónias a reverem algumas das disposições que tinham sido consagradas, não alterando no entanto o espírito da lei. Cf. Erlends Calabuig-Odins, *op. cit.*

²³ O projecto de criação de um Pacto Europeu para a Estabilidade nasceu em Abril de 1993 de uma iniciativa do então Primeiro-Ministro francês, Edouard Balladur. Este projecto pretende facilitar a integração dos países da Europa Central e Oriental nas estruturas institucionais europeias. Através da realização de mesas-redondas pretende-se resolver questões como a das minorias nacionais e a das disputas territoriais. Endossado à União Europeia, o Pacto Europeu para a Estabilidade tem também ligações institucionais com a OSCE. Uma das mesas-redondas que se realizou incidiu sobre a região do Báltico e contou com a participação da Lituânia, da Estónia, da Letónia e da Polónia, bem como da Rússia e dos EUA, estes com o estatuto de observadores. Cf. Victor-Yves Ghebali, «Vers un Pacte de Stabilité en Europe», *Défense Nationale*, n.º 1, Outubro de 1994, pp. 67-77 e do mesmo autor, «La Question des Minorités Nationales à la Lumière du Pacte de Stabilité en Europe», *Le Trimestre du Monde*, 4^{ème} trimestre, 1994, pp. 107-123.

²⁴ Cf. Hans-Dieter Lucas, «Prospects for Cooperation in the Baltic Sea Region», *Aussenpolitik*, vol. 46, n.º 1, 1995, pp. 24-31.

²⁵ A Lituânia, a Letónia, a Estónia, a Polónia, a Alemanha, a Dinamarca, a Finlândia, a Noruega, a Rússia, a Suécia e a Islândia.

²⁶ A Suécia e a Finlândia também aderiram à Parceria para a Paz. No entanto com objectivos limitados na medida em que não pretendem utilizar este programa como forma de se tomarem membros da NATO, mas antes para o desenvolvimento de uma associação com esta organização para o treino de operações conjuntas de manutenção da paz.

²⁷ Cf. Richard Holbrooke. «America, a European Power», *Foreign Affairs*, vol. 74, n.º 2. Março/Abril de 1995, pp. 38-44.

²⁸ Em 1994 participou no Cooperative Bridge, que teve lugar, de 12 a 16 de Setembro. no campo de treino militar de Biedrusko, próximo de Poznan, na Polónia. Participou também no Cooperative Venture, realizado de 28 de Setembro a 7 de Outubro, na área do Skagerrak, no Mar do Norte, e no Mar da Noruega. E. finalmente, no Cooperative Spirit que se realizou de 21 a 28 de Outubro no campo de treino militar do Exército Real holandês de Harskamp, na região de Veluwe, no centro da Holanda. Em 1995 participou ainda em vários exercícios entre os quais destacamos o Cooperative Jaguar, que se realizou, entre 2 a 13 de Outubro. na Dinamarca e no Mar Báltico. Em Março e Abril do corrente ano, os três países bálticos irão participar no Cooperative Adventure Express. outro exercício a ser desenvolvido em território belga e alemão.